

Luiz Antonio Scavone Junior

MANUAL DE ARBITRAGEM

Mediação e Conciliação

8^a
edição *revista e
atualizada*



- A EDITORA FORENSE se responsabiliza pelos vícios do produto no que concerne à sua edição (impressão e apresentação a fim de possibilitar ao consumidor bem manuseá-lo e lê-lo). Nem a editora nem o autor assumem qualquer responsabilidade por eventuais danos ou perdas a pessoa ou bens, decorrentes do uso da presente obra.

Todos os direitos reservados. Nos termos da Lei que resguarda os direitos autorais, é proibida a reprodução total ou parcial de qualquer forma ou por qualquer meio, eletrônico ou mecânico, inclusive através de processos xerográficos, fotocópia e gravação, sem permissão por escrito do autor e do editor.

Impresso no Brasil – *Printed in Brazil*

- Direitos exclusivos para o Brasil na língua portuguesa

Copyright © 2018 by

EDITORA FORENSE LTDA.

Uma editora integrante do GEN | Grupo Editorial Nacional

Travessa do Ouvidor, 11 – Térreo e 6º andar – 20040-040 – Rio de Janeiro – RJ

Tel.: (21) 3543-0770 – Fax: (21) 3543-0896

faleconosco@grupogen.com.br | www.grupogen.com.br

- O titular cuja obra seja fraudulentamente reproduzida, divulgada ou de qualquer forma utilizada poderá requerer a apreensão dos exemplares reproduzidos ou a suspensão da divulgação, sem prejuízo da indenização cabível (art. 102 da Lei n. 9.610, de 19.02.1998).

Quem vender, expuser à venda, ocultar, adquirir, distribuir, tiver em depósito ou utilizar obra ou fonograma reproduzidos com fraude, com a finalidade de vender, obter ganho, vantagem, proveito, lucro direto ou indireto, para si ou para outrem, será solidariamente responsável com o contrafator, nos termos dos artigos precedentes, respondendo como contrafadores o importador e o distribuidor em caso de reprodução no exterior (art. 104 da Lei n. 9.610/98).

- Capa: Danilo Oliveira

- Fechamento desta edição: 15.02.2018

1118536

CIP-BRASIL. CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO
SINDICATO NACIONAL DOS EDITORES DE LIVROS, RJ

S315m

Scavone Junior, Luiz Antonio

Manual de arbitragem: mediação e conciliação / Luiz Antonio Scavone Junior. – 8. ed. rev. e atual. – Rio de Janeiro: Forense, 2018.

Inclui bibliografia

ISBN 978-85-309-7981-2

1. Processo civil – Brasil. I. Título.

SUMÁRIO

ABREVIATURAS	XVII
I. ASPECTOS GERAIS DA ARBITRAGEM.....	1
1. Conceito de arbitragem – jurisdição	1
2. Arbitragem, mediação e conciliação	9
3. Normas de direito material aplicáveis à solução do conflito pela via arbitral.....	10
4. Limite geral imposto à possibilidade de solução arbitral	13
4.1 Direitos patrimoniais disponíveis	16
5. Espécies de arbitragem: institucional e avulsa	20
6. Arbitragem e sua constitucionalidade	21
7. Outros limites impostos à possibilidade de solução arbitral dos conflitos ...	24
7.1 Arbitragem e relação de consumo	24
7.2 Arbitragem e contratos de adesão	30
7.3 Arbitragem e direito do trabalho	37
7.4 Arbitragem e locação de imóveis urbanos	50
7.5 Arbitragem e Administração Pública – Direito Administrativo.....	53
7.6 Arbitragem, contratos societários e estatutos associativos	61
7.7 Falência e recuperação judicial do demandante e arbitragem	67
7.7.1 Falência.....	67
7.7.2 Recuperação judicial.....	69
7.8 Condomínio edilício e arbitragem.....	72
Quadro sinótico.....	75
II. CONVENÇÃO DE ARBITRAGEM.....	83
1. Obrigatoriedade da arbitragem.....	83
1.1 Cláusula arbitral e cláusula de eleição de foro.....	85
1.2 A obrigatoriedade da arbitragem e o contrato que configura título executivo.....	86

2.	Espécies de convenção de arbitragem	88
2.1	Cláusula arbitral ou cláusula compromissória	88
2.1.1	Cláusula arbitral cheia	89
2.1.2	Cláusula arbitral vazia – conceito e execução específica	91
2.2	Compromisso arbitral.....	94
3.	Requisitos do compromisso arbitral	95
4.	Autonomia da cláusula arbitral – competência-competência	100
	Quadro sinótico.....	110
III. ÁRBITROS.....		113
1.	Quem pode ser árbitro.....	113
2.	Poderes, deveres dos árbitros e sua equiparação aos funcionários públicos no exercício da função	116
2.1	Poderes conferidos aos árbitros.....	116
2.2	Deveres dos árbitros.....	117
2.2.1	A equiparação dos árbitros aos funcionários públicos e suas consequências	118
3.	O significado da expressão legal “tribunal arbitral”	122
4.	Critérios para escolha dos árbitros e do presidente do tribunal arbitral.....	123
5.	Impedimento do árbitro e sua arguição.....	126
5.1	Arguição de recusa do árbitro	129
6.	Impossibilidade de atuação do árbitro e sua substituição	131
7.	Número de árbitros e suplentes	133
	Quadro sinótico.....	134
IV. PROCEDIMENTO ARBITRAL.....		139
1.	Normas de procedimento	139
1.1	Ata de missão	140
1.2	Princípios impositivos	142
1.3	Primeiras providências e tentativa de conciliação	145
1.4	Participação de advogado e representantes das partes.....	147
2.	Instituição da arbitragem e a interrupção da prescrição	148
3.	Arguição de incompetência, suspeição e impedimento do árbitro e arguição de nulidade da cláusula arbitral	152
3.1	Momento da alegação	156

3.2	Impedimento ou suspeição do árbitro.....	158
3.3	Nulidade da convenção de arbitragem e incompetência do árbitro ou do tribunal arbitral	160
4.	Relação de coordenação entre a arbitragem e o Poder Judiciário – cartas arbitrais	162
5.	Produção de provas	165
5.1	Depoimentos das testemunhas, interrogatório das partes e confissão...	166
5.1.1	Interrogatório, depoimento das partes e confissão.....	167
5.1.2	Depoimento das testemunhas	169
6.	Tutelas provisórias de urgência e de evidência	171
6.1	Tutelas provisórias de urgência de natureza cautelar ou antecipada incidentais.....	172
6.2	Tutelas provisórias de urgência de natureza cautelar ou antecipada antecedentes	174
6.3	Tutelas de evidência	176
6.4	Jurisprudência.....	177
7.	Pedido contraposto.....	179
8.	Revelia	180
9.	Comunicação dos atos	181
10.	Despesas com a arbitragem	183
11.	Intervenção de terceiros.....	183
	Quadro sinótico.....	186
V.	SENTENÇA ARBITRAL.....	193
1.	Características da sentença arbitral e seu cumprimento	193
1.1	Natureza do provimento, liquidez e execução.....	195
1.2	Cumprimento espontâneo e procedimento de cumprimento judicial da sentença arbitral	200
1.2.1	Citação.....	202
1.2.2	Cumprimento definitivo da sentença que reconhece a exigibilidade de obrigação de pagar quantia certa – momento da exigibilidade da multa e dos honorários previstos	203
1.2.3	Cumprimento definitivo da sentença que reconhece a exigibilidade de obrigação de entregar bens móveis ou imóveis, fazer e não fazer	206
2.	Prazo para emissão da sentença arbitral.....	208
3.	Quorum para a sentença no caso de tribunal arbitral.....	210

4. Requisitos da sentença	211
5. Acordo e sentença homologatória no curso da arbitragem	213
6. Comunicação e pedido de esclarecimento (“embargos de declaração”)	215
7. Nulidade da sentença arbitral	219
8. Ação anulatória da sentença arbitral	233
8.1 Procedimento	235
8.2 Impugnação da execução e seus efeitos	241
9. Sentença arbitral que não decide todo o litígio	243
Quadro sinótico	244
VI. SENTENÇA ARBITRAL ESTRANGEIRA	251
1. A sentença arbitral e a necessidade de homologação pelo Superior Tribunal de Justiça	251
2. Procedimento de homologação	255
3. Hipóteses de rejeição do pedido de homologação	257
Quadro sinótico	266
VII. SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO E ARBITRAGEM	269
Quadro sinótico	274
VIII. MEDIAÇÃO E CONCILIAÇÃO	275
1. Conceito de mediação e de conciliação	275
1.1 Centros judiciários de solução consensual de demandas	277
2. Princípios impositivos da mediação e da conciliação e a confidencialidade	277
3. Mediadores e conciliadores	281
3.1 O conciliador	281
3.2 O mediador	282
3.3 Cadastro de conciliadores e mediadores judiciais e câmaras de conciliação	282
3.4 Impedimentos	284
3.5 Equiparação para fins penais	285
3.6 Exclusão	285
3.7 Pagamento	286
4. Conciliação judicial	286
5. Regras gerais do procedimento de mediação (Lei 13.140/2015, arts. 14 a 20)	287

5.1	Instituição do procedimento de mediação	288
5.2	Reuniões	289
5.3	Recusa, impedimento ou suspeição do mediador e do conciliador e dever de revelação – as consequências do descumprimento do dever de revelação	290
5.4	Mediação e conciliação no curso do procedimento judicial ou arbitral	291
5.5	Advogado	292
5.6	Termo final de mediação e de conciliação e natureza do título no caso de transação	293
6.	Peculiaridades da mediação/conciliação extrajudicial – a cláusula escalonada.....	294
7.	Peculiaridades da mediação judicial	298
8.	Mediação e conciliação no Direito Público.....	300
8.1	Conflitos envolvendo particulares e a União, os Estados e os Municípios	300
8.2	“Transação por adesão” nos conflitos envolvendo a Administração Pública Federal Direta, suas Autarquias e Fundações.....	303
8.3	Controvérsia entre órgãos ou entidades de direito público que integram a Administração Pública Federal	304
	Quadro sinótico.....	306
	BIBLIOGRAFIA.....	315
	APÊNDICE.....	319
	OBRAS DO AUTOR.....	331